

**PLANO GERADOR DE BENEFÍCIO LIVRE – PGBL – MODALIDADE DE
CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL
REGULAMENTO DE PLANO COLETIVO AVERBADO
QUALIFICADO**

ÍNDICE

- **TÍTULO I – DAS CARACTERÍSTICAS**
- **TÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES**
- **TÍTULO III – DA CONTRATAÇÃO DO PLANO**
- **TÍTULO IV – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**
 - **CAPÍTULO I – AOS PARTICIPANTES**
 - **CAPÍTULO II – AOS ASSISTIDOS**
 - **CAPÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES COMUNS**
- **TÍTULO V – DO PERÍODO DE COBERTURA**
 - **CAPÍTULO I – DO PERÍODO DE ACUMULAÇÃO**
 - **SEÇÃO I – DAS CONTRIBUIÇÕES**
 - **SEÇÃO II – DO CARREGAMENTO**
 - **SEÇÃO III – DA PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER**
 - **SEÇÃO IV – DO RESGATE**
 - **SEÇÃO V – DA PORTABILIDADE**
 - **SEÇÃO VI – FUNDO OU PLANO EXCLUSIVO FAMILIAR**
 - **SEÇÃO VII – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**
 - **SEÇÃO VIII – CICLO DE RENDAS**
 - **SEÇÃO IX – OFERTA DE RENDAS**
 - **SEÇÃO X – CERTIFICADO DE RENDA**
 - **CAPÍTULO II – DO PERÍODO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIO**
 - **SEÇÃO I – DOS TIPOS, CONCESSÃO E PAGAMENTO**
 - **SEÇÃO II - DA ATUALIZAÇÃO DE VALORES**
 - **SEÇÃO III - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**
 - **SEÇÃO IV – DOS RESULTADOS FINANCEIROS**

TÍTULO I DAS CARACTERÍSTICAS

Art. 1º A VINCI VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., doravante denominada EAPC, com CNPJ de nº **46.938.918/0001-87**, institui o PGBL, PLANO GERADOR DE BENEFÍCIO LIVRE, Plano de Previdência Complementar Aberta, estruturado no Regime Financeiro de Capitalização e na Modalidade de Contribuição Variável, descrito neste Regulamento e devidamente aprovado pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, por meio do Processo SUSEP nº **15414.659235/2025-84**.

PARÁGRAFO ÚNICO. OBSERVADAS AS DEMAIS DISPOSIÇÕES DESTE REGULAMENTO, O PLANO, UNICAMENTE PARA FINS DE SUA CONTRATAÇÃO, SE BASEARÁ NA TÁBUA BIOMÉTRICA BR-EMSsb, NA VERSÃO VIGENTE NA DATA DA PROPOSTA DE INSCRIÇÃO.

Art. 2º Este plano tem como objetivo a concessão de Benefício de previdência, sob a forma de PAGAMENTO ÚNICO, de acordo com as regras estabelecidas neste Regulamento, a pessoas físicas na condição de **PARTICIPANTE QUALIFICADO**, que estejam vinculadas, direta ou indiretamente, por relação lícita, com a pessoa jurídica contratante, denominada Averbadora.

§ 1º NO CASO DE PERDA DO VÍNCULO COM A AVERBADORA, O PARTICIPANTE PODERÁ, FACULTATIVAMENTE, PERMANECER NO MESMO PLANO OU PORTAR SEUS RECURSOS PARA OUTRO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, DESTA OU DE OUTRA ENTIDADE, INDEPENDENTEMENTE DO PRAZO DE CARÊNCIA ESTABELECIDO.

§ 2º Na hipótese prevista no §1º, será garantida ao Participante a possibilidade de realizar a Portabilidade ou de solicitar o Resgate do saldo Provisão Matemática de Benefícios a Conceder constituído por recursos próprios.

Art. 3º O plano terá, como critério de remuneração da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, durante o Período de Acumulação, a rentabilidade da carteira de investimentos do(s) respectivo(s) FIE(s).

PARÁGRAFO ÚNICO. NÃO HÁ GARANTIA DE REMUNERAÇÃO MÍNIMA, PODENDO OCORRER PERDAS NA PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER, DADA A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE APLICAÇÕES, NA CARTEIRA DO(S) RESPECTIVO(S) FIE(S), QUE COLOQUEM EM RISCO A INTEGRIDADE DA PROVISÃO.

Art. 4º Na data de encerramento do Período de Acumulação, o valor do Benefício sob a forma da Renda previsto neste Regulamento será calculado pela aplicação, sobre o saldo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, de Fator de Renda, que considerará a

taxa de juros efetiva anual e a **Tábua Biométrica BR-EMSsb na sua versão vigente na data do encerramento do Período de Acumulação.**

§ 1º Caso, na data de encerramento do Período de Acumulação ou na data de conversão em renda, não haja versão vigente da Tábua Biométrica BR-EMSsb, será adotada, para efeito de cálculo do Fator de Renda, a Tábua Biométrica definida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP como limite máximo da taxa de mortalidade.

§ 2º No cálculo do valor da Renda Mensal por Prazo Certo não será considerada a Tábua Biométrica prevista neste Regulamento.

Art. 5º A contar da data de concessão da Renda e durante o pagamento do referido Benefício haverá apuração de Resultados Financeiros. **O percentual de reversão de Resultados Financeiros será de 70% (setenta por cento).**

§ 1º O percentual de reversão de Resultados Financeiros não sofrerá redução, ficando sua elevação a critério da EAPC.

§ 2º No caso de elevação, ela será idêntica para todos os Assistidos.

Art. 6º No caso de extinção ou vedação do índice de atualização de valores previsto no art. 81, a EAPC adotará os procedimentos determinados pela legislação pertinente ou pelos Órgãos Públicos competentes.

Art. 7º Poderão ser introduzidas alterações no presente Regulamento, sempre que houver prévia e expressa anuência de todos os Participantes e Assistidos e prévia autorização das autoridades competentes, sendo as decorrentes de imposição legal ou regulamentar de aplicação automática.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos na forma da legislação vigente.

Art. 9º A APROVAÇÃO DESTE PLANO PELA SUSEP NÃO IMPLICA, POR PARTE DA AUTARQUIA, INCENTIVO OU RECOMENDAÇÃO À SUA COMERCIALIZAÇÃO.

Art. 10. O Participante poderá consultar a situação cadastral do corretor no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

Art. 11. As questões judiciais, entre o Participante ou Assistido e a EAPC, serão processadas no foro da Cidade de São Paulo - SP, salvo no caso de relação de hipossuficiência entre as partes, em que as questões judiciais deverão ser processadas no foro do domicílio do Participante, do Assistido ou do Beneficiário, conforme for o caso.

TÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 12 Considera-se:

1. ASSISTIDO – pessoa física em gozo de Benefício sob a forma de Renda;
2. AVERBADORA – pessoa jurídica que propõe a contratação de plano coletivo e que está investida de poderes de representação dos Participantes, exclusivamente para contratá-lo com a EAPC, sem participar do custeio;
3. BENEFICIÁRIO – pessoa(s) física(s) indicada(s) livremente pelo Participante para receber os valores de Benefícios ou Resgate, na hipótese de seu falecimento, de acordo com a estrutura do plano e na forma da regulamentação vigente;
4. BENEFÍCIO – o pagamento a ser efetuado ao Assistido ou ao Beneficiário, sob a forma de pagamento único ou Renda;
5. CARREGAMENTO – valor ou percentual incidente sobre o valor nominal das contribuições pagas destinado a atender às despesas administrativas e às de comercialização do plano;
6. CERTIFICADO DE PARTICIPANTE – documento destinado ao Participante, emitido por qualquer meio que se possa comprovar, físico ou remoto, conforme opção do Participante na proposta, e disponibilizado pela EAPC, que formaliza a aceitação do Proponente no plano;
7. CERTIFICADO DE RENDA - documento destinado ao assistido, emitido por qualquer meio que se possa comprovar, físico ou por meios remotos, nos termos da regulamentação específica e que formaliza a concessão da renda e os aspectos relativos ao ciclo de renda, tais como tipo(s) de renda, prazo(s), parâmetros utilizados para cálculo do valor da renda;
8. CICLO DE RENDA - programação de rendas, definidas pelo participante, que poderá incluir diferentes modalidades e períodos de renda;
9. COBERTURA POR SOBREVIVÊNCIA – garantia de pagamento de Benefício pela sobrevivência do Participante ao Período de Acumulação contratado, ou pela compra, mediante pagamento único, de renda imediata;
10. CONDIÇÕES CONTRATUAIS - conjunto de disposições que regem a contratação, incluindo as constantes da proposta de inscrição, do Regulamento, do Certificado do Participante e do Contrato Coletivo;
11. CONTRATO COLETIVO – instrumento jurídico, físico ou remoto, firmado entre as pessoas jurídicas contratantes e a EAPC, que tem por objetivo estabelecer as

peculiaridades da contratação do plano coletivo e fixar os direitos e obrigações da pessoa jurídica contratante, da EAPC, dos Participantes, dos Assistidos e dos Beneficiários, sendo obrigatoriamente remetido ao Participante no ato da inscrição, como parte complementar do Regulamento;

12. **CONTRIBUIÇÃO** – valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio do plano;

13. **DÉFICIT** – o valor negativo do Resultado Financeiro;

14. **EAPC** – Entidade Aberta de Previdência Complementar ou Sociedade Seguradora autorizada a operar planos de previdência aberta complementar;

15. **EXCEDENTE** – o valor positivo do Resultado Financeiro;

16. **FATOR DE RENDA** – resultado numérico, calculado mediante a utilização de taxa de juros efetiva anual e **da Tábua Biométrica BR-EMSsb, na sua versão vigente na data de conversão em renda, observado o disposto no § 2º do artigo 4º deste Regulamento;**

17. **FIE** - o fundo de investimento especialmente constituído ou o fundo de investimento em cotas de fundos de investimento especialmente constituídos, cujos únicos cotistas sejam, direta ou indiretamente, sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar;

18. **INÍCIO DE VIGÊNCIA** – é a data de protocolização da Proposta de Inscrição na EAPC;

19. **MEIOS REMOTOS** – aqueles meios que permitem a troca de e/ou o acesso a informações e/ou todo tipo de transferência de dados por meio de redes de comunicação envolvendo o uso de tecnologias tais como rede mundial de computadores, telefonia, televisão a cabo ou digital, sistemas de comunicação por satélite, entre outras;

20. **NOTA TÉCNICA ATUARIAL** – documento, que contém a descrição e o equacionamento técnico do plano;

21. **OFERTA DE RENDA** - documento emitido por qualquer meio que se possa comprovar, físico ou por meios remotos, nos termos da regulamentação específica, em que a EAPC oferece o pagamento do Benefício sob a forma de renda;

22. **PARÂMETROS TÉCNICOS** - taxa de juros, índice de atualização de valores e tábua biométrica a depender da renda;

23. **PARTICIPANTE** – pessoa física que adere ao plano;

24. **PARTICIPANTE QUALIFICADO** – pessoa física, que adere ao plano, e atende aos requisitos mínimos estabelecidos, nos termos da Instrução CVM que regulamenta especificamente o assunto;

25. PERÍODO DE CARÊNCIA – período em que não serão aceitas solicitações de Resgate ou de Portabilidade por parte do Participante;

26. PERÍODO DE COBERTURA – prazo compreendido pelos períodos de acumulação e de pagamento de Benefício, sob a forma de Renda;

27. PERÍODO DE ACUMULAÇÃO – período compreendido entre a data de Início de vigência da Cobertura por sobrevivência e a data contratada para início de pagamento do Benefício;

28. PERÍODO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIO – período em que o(s) Assistido(s) fará(ão) jus ao pagamento do Benefício, sob a forma de Renda, podendo ser vitalício ou temporário, na forma contratada;

29. PORTABILIDADE – direito garantido ao Participante de, durante o Período de Acumulação e na forma regulamentada, movimentar os recursos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder para outros planos;

30. PROPONENTE – o interessado em aderir ao Contrato Coletivo;

31. PROPONENTE QUALIFICADO – o interessado em aderir ao Contrato Coletivo, que atenda ao critério estabelecido para investidor qualificado, nos termos da Instrução CVM que regulamenta especificamente o assunto;

32. PROPOSTA DE INSCRIÇÃO – documento, emitido por qualquer meio que se possa comprovar, físico ou remoto, em que o Proponente, pessoa física, expressa a intenção de aderir à contratação sob a forma coletiva, manifestando pleno conhecimento do Regulamento e do respectivo Contrato Coletivo;

33. PROVISÃO DE EXCEDENTES FINANCEIROS – o saldo de excedentes provisionados, a ser utilizado de acordo com o presente Regulamento;

34. PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER - PMBAC – valor correspondente ao montante de recursos aportados pelo Participante ao plano, líquidos de Carregamento, quando for o caso, constituído durante o Período de Acumulação;

35. PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS - PMBC – valor atual dos compromissos da EAPC para com o Assistido durante o Período de Pagamento de Benefícios sob a forma de Renda;

36. REGULAMENTO – instrumento jurídico que contém as condições gerais do plano, disciplinando os direitos e obrigações das partes contratantes, sendo obrigatoriamente entregue ao Participante no ato da inscrição, como parte integrante da Proposta de Inscrição;

37. RENDA – série de pagamentos periódicos a que tem direito o(s) Assistido(s), de acordo com a estrutura do plano;

38. RESGATE – direito garantido aos Participantes e Beneficiários de, durante o Período de Acumulação e na forma regulamentada, retirar os recursos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder;

39. RESULTADO FINANCEIRO – valor correspondente, ao final do último dia útil do mês, à diferença entre o valor da parcela do patrimônio líquido do FIE, correspondente à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, em que estejam aplicados diretamente os respectivos recursos e o saldo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos;

40. TÁBUA BIOMÉTRICA: considera-se Tábua Biométrica a tábua BR-EMSsb, regulamentada pelas normas vigentes, que reflete a estimativa de vida do Participante, ou outra que venha ser definida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP como limite máximo da taxa de mortalidade;

41. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO – taxa cobrada do fundo de investimento para remunerar o administrador do fundo; e

42. TAXA DE PERFORMANCE – percentual aplicável à título de remuneração por performance sempre que a rentabilidade do FIE exceder o índice de referência estabelecido no Regulamento CVM do fundo atrelado.

TÍTULO III DA CONTRATAÇÃO DO PLANO

Art. 13. Poderão participar do plano as pessoas físicas interessadas que estejam vinculadas, direta ou indiretamente, por relação lícita, com a pessoa jurídica contratante, e que estiverem dispostas a aderir aos termos deste Regulamento e do respectivo Contrato Coletivo.

Art. 14. O PROPONENTE DEVERÁ PREENCHER TODOS OS CAMPOS DA PROPOSTA DE INSCRIÇÃO, DATÁ-LA E ASSINÁ-LA.

§ 1º O PROPONENTE MENOR, POR OCASIÃO DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE INSCRIÇÃO, SERÁ REPRESENTADO OU ASSISTIDO PELOS PAIS, TUTORES OU CURADORES, OBSERVADA A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

§ 2º NÃO HAVENDO INDICAÇÃO EXPRESSA DE BENEFICIÁRIOS, OU, POR QUALQUER MOTIVO, NÃO PREVALECER A QUE FOR FEITA, O BENEFÍCIO SERÁ PAGO METADE AO CÔNJUGE NÃO SEPARADO JUDICIALMENTE, E O RESTANTE AOS HERDEIROS DO PARTICIPANTE, EXCLUÍDO O CÔNJUGE, OBEDECIDA A ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA PREVISTA NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. NA AUSÊNCIA DO CÔNJUGE E DOS HERDEIROS LEGAIS, SERÃO

BENEFICIÁRIAS AS PESSOAS QUE PROVAREM QUE A MORTE DO PARTICIPANTE AS PRIVOU DOS MEIOS NECESSÁRIOS À SUBSISTÊNCIA.

§ 3º O PARTICIPANTE PODE ALTERAR O(S) BENEFICIÁRIO(S), MEDIANTE COMUNICAÇÃO À EAPC, DURANTE O PERÍODO DE ACUMULAÇÃO, OBSERVADA A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

§ 4º A ADESÃO PODERÁ SER REALIZADA COM A UTILIZAÇÃO DE MEIOS REMOTOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, GARANTINDO AO PROPONENTE A POSSIBILIDADE DE IMPRESSÃO DO RESPECTIVO DOCUMENTO E, A QUALQUER TEMPO, O FORNECIMENTO DE SUA VERSÃO FÍSICA MEDIANTE SOLICITAÇÃO VERBAL DO MESMO À EAPC.

§ 5º EQUIPARA-SE À SOLICITAÇÃO DO PROPONENTE A QUE SE REFERE O § 4º A MANIFESTAÇÃO EFETUADA COM A UTILIZAÇÃO DE MEIOS REMOTOS.

§ 6º. A CONDIÇÃO DE PROPONENTE QUALIFICADO, PARA FINS DA ADESÃO AO CONTRATO COLETIVO, SERÁ ATESTADA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM QUE REGULAMENTA ESPECIFICAMENTE O ASSUNTO.

Art. 15. A Proposta de Inscrição será protocolizada na EAPC, que comprovará, para cada Proponente, a data do respectivo protocolo.

Art. 16. A partir da data de protocolo da Proposta de Inscrição, sua aceitação se dará automaticamente, caso, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, não haja manifestação em contrário por parte da EAPC.

§ 1º NÃO SERÁ ACEITA A PROPOSTA DE INSCRIÇÃO DO PROPONENTE QUE PRESTAR DECLARAÇÕES FALSAS, ERRÔNEAS OU INCOMPLETAS.

§ 2º A não aceitação da proposta será comunicada, por escrito, por qualquer meio que se possa comprovar, devidamente justificada, fundamentada na legislação vigente ou, no caso previsto no §1º, com a pronta devolução do valor aportado, atualizado, até a data da efetiva restituição, de acordo com a regulamentação em vigor.

Art. 17. No caso da Proposta de Inscrição ser aceita, a EAPC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de protocolo da Proposta, emitirá e enviará Certificado de Participante constando, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) Identificação da EAPC: denominação e CNPJ;
- b) Identificação do plano: denominação e número do processo administrativo pelo qual o plano foi aprovado pela Susep;

- c) que se trata de plano destinado exclusivamente a Proponentes Qualificados;
- d) Identificação da pessoa jurídica contratante e sua qualidade de Averbadora;
- e) Identificação do Participante e dos respectivos dados cadastrais;
- f) Data de Início de vigência do plano;
- g) Data prevista para a concessão do Benefício;
- h) Critério de tributação escolhido pelo Participante, quando for o caso;
- i) Denominação, CNPJ e Taxa de Administração do(s) FIE(s) vinculado(s) ao plano e sigla(s) que o(s) referenciam na divulgação diária de informações;
- j) Indicação de que o(s) Regulamento(s) do(s) FIE(s) vinculados ao plano, bem como a lâmina, poderão ser consultados no sítio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- k) O limite máximo da Taxa de Administração do(s) FIE(s) vinculado(s) ao plano, quando aplicável;
- l) limite máximo da Taxa de Performance, quando aplicável, do(s) FIE(s) vinculado(s) ao plano;
- m) Informação de que o Regulamento do plano contratado poderá ser consultado no portal da Susep na rede mundial de computadores; e
- n) Taxa de Administração e Taxa de Performance efetivamente aplicadas relativas ao(s) FIE(s) vinculado(s) ao plano;
- o) A programação do ciclo de rendas, em caso de definição ou atualização pelo Participante.

Parágrafo único. Adicionalmente às informações previstas no “caput” deste artigo, o Certificado do Participante indicará que o plano se destina exclusivamente a Proponentes Qualificados.

Art. 18. Quando a contratação for realizada com a utilização de Meios Remotos, sem a emissão de documentos contratuais físicos, isso deverá, obrigatoriamente, implicar no envio de mensagens informativas ao Proponente, ao longo do Período de Acumulação e na época apropriada a cada situação, contemplando, no mínimo:

- l- a confirmação da contratação do plano e o número de processo administrativo pelo qual o plano foi aprovado pela Susep;

- II- as Rendas contratadas;
- III- o Período de Acumulação;
- IV- informação sobre a forma e a periodicidade de pagamento de contribuições;
- V- instruções detalhadas para o acesso seguro aos documentos contratuais do plano contratado;
- VI- a informação sobre o portal da Susep na rede mundial de computadores onde o Proponente poderá conferir o Regulamento do plano adquirido;
- VII- o número de telefone gratuito de contato da central de atendimento ao cliente disponibilizado pela EAPC, com fornecimento de número de protocolo para todos os atendimentos, com indicação de data e hora de contato;
- VIII- o número de telefone gratuito da Ouvidoria da EAPC; e
- IX- o número de telefone gratuito do Setor de Atendimento ao Público da Susep;
- X- A programação do ciclo rendas, em caso de definição ou atualização pelo Participante.

Parágrafo único. O envio a que se refere o “caput” deverá ser realizado, preferencialmente, com a utilização do mesmo Meio Remoto utilizado na contratação ou por outro escolhido pelo Participante.

Art. 19. A confirmação de quitação do primeiro pagamento, enviada pela EAPC, com a utilização de Meios Remotos servirá, também, como prova da efetiva contratação do plano.

Art. 20. O pagamento da Contribuição inicial ou do aporte único, nos casos realizados por Meios Remotos, servirá, também, como prova da efetiva adesão ao plano.

Art. 21. Na adesão por Meios Remotos, o proponente poderá desistir da adesão ao plano no prazo de 7 (sete) dias corridos a contar da data da formalização da proposta, mediante requerimento físico ou remoto entregue à EAPC.

§ 1º A EAPC deverá disponibilizar Meios Remotos que possibilitem ao proponente efetuar a comunicação formal, com o fornecimento de protocolo.

§ 2º Se o proponente exercer o direito de arrependimento previsto neste artigo 21, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo a que se refere o *caput*, serão devolvidos de imediato, respeitado o meio de pagamento utilizado pelo cliente, sem prejuízo de outros meios disponibilizados pela EAPC e expressamente aceitos pelo Participante.

§ 3º O direito a que se refere o §2º poderá ser exercido pelo Participante utilizando-se o mesmo meio adotado para contratação, sem prejuízo de outros meios disponibilizados.

Art. 22. Não será cobrada taxa de inscrição nem quaisquer outras taxas, comissões ou valores, a qualquer título.

Art. 23. No caso de rescisão do Contrato Coletivo firmado entre a Averbadora e a EAPC, será garantida ao grupo de Participantes a possibilidade de permanência no plano.

TÍTULO IV DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

CAPÍTULO I AOS PARTICIPANTES

Art. 24. A EAPC disponibilizará aos Participantes, diariamente, no mínimo, as seguintes informações:

- I- denominação do plano;
- II- denominação e CNPJ do(s) FIE(s) vinculados ao plano;
- III- que se trata de plano destinado exclusivamente a Proponentes Qualificados;
- IV- quando for o caso, percentuais estabelecidos, pelo Participante, para aplicação dos recursos entre os fundos vinculados ao plano;
- V- valor da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder a que tem direito o Participante;
- VI- rentabilidade acumulada no mês, no ano civil e nos últimos 12 (doze) meses;
- VII- o limite máximo da Taxa de Administração do(s) FIE(s) vinculado(s) ao plano, e a indicação do sítio da CVM para consulta do Regulamento do fundo e da lâmina;
- VIII- informação de que os Participantes poderão alterar, a qualquer tempo, os percentuais estabelecidos para aplicação dos recursos entre os fundos vinculados ao plano;
- IX- informação de que o Resgate está sujeito à incidência de Imposto de Renda na fonte, conforme a legislação fiscal vigente;

X- informação, em destaque, de que é aconselhável redução do risco dos investimentos, sobretudo dos percentuais em renda variável, nos últimos 5 (cinco) anos que antecedem o gozo do benefício, pensando na preservação do capital acumulado.

XI- informação sobre o critério de tributação escolhido pelo Participante;

Art. 25. A EAPC, durante o Período de Acumulação, fornecerá aos Participantes, por qualquer meio que se possa comprovar, entre outras, as seguintes informações relativas à data do encerramento do período imediatamente anterior, até o 10º (décimo) dia útil de cada **ANO**:

I- denominação do plano;

II- número do processo administrativo no qual o plano foi aprovado pela Susep;

III- denominação e CNPJ do(s) FIE(s) vinculado(s) ao plano;

IV- que se trata de plano destinado exclusivamente a Proponentes Qualificados;

V- quando for o caso, percentuais estabelecidos, pelo Participante, para aplicação dos recursos entre os fundos vinculados ao plano;

VI- valor das contribuições pagas no período de competência referenciado no extrato;

VII- valor pago pelo Participante a título de Carregamento no período de competência referenciado no extrato;

VIII- valor portado de outro plano(s) previdenciário(s) no período de competência referenciado no extrato, discriminando, no caso de recursos portados de planos de previdência complementar fechada, as parcelas constituídas por contribuições do patrocinador e do Participante;

IX- valor da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder portado para outro plano(s) previdenciário(s) no período de competência referenciado no extrato e valor da Provisão de excedentes financeiros que o acompanhou, quando for o caso;

X- valor da Provisão Matemática de Benefícios a conceder resgatado no período de competência referenciado no extrato e, quando for o caso, valor da Provisão de excedentes financeiros que o acompanhou;

XI- saldo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, a que faz jus o Participante, consideradas, assinaladas e especificadas as respectivas movimentações ocorridas no período de competência referenciado no extrato (contribuições, remuneração, atualização, resgates, Portabilidades para ou de outros planos previdenciários, quitação do valor da contraprestação ou do respectivo saldo devedor, caso contratada assistência financeira);

- XII- valor do imposto de renda retido na fonte sobre cada Resgate efetuado no período de competência referenciado no extrato, observada a legislação fiscal vigente;
- XIII- valor dos rendimentos auferidos no ano civil, obtida a partir dos percentuais de aplicação definidos pelo Participante, quando for o caso;
- XIV- taxa de rentabilidade anual do(s) FIE(s) vinculado(s) ao plano no ano civil e nos últimos 12 (doze) meses;
- XV- taxa de rentabilidade anual do(s) FIE(s) vinculado(s) ao plano nos 3 (três) últimos anos civis, tomados como base, sempre, exercícios completos;
- XVI- informação de que os Participantes poderão alterar, a qualquer tempo, os percentuais estabelecidos para aplicação dos recursos entre os fundos vinculados ao plano;
- XVII- **que o Fator de Renda será apurado com base nas informações atualizadas do Participante, na taxa de juros e na versão da Tábua Biométrica BR-EMSb vigente na data de encerramento do Período de Acumulação ou de conversão em renda, observado o disposto no § 2º do artigo 4º deste Regulamento;**
- XVIII- a Taxa de Administração e a Taxa de Performance, quando houver, efetivamente aplicadas relativas ao(s) FIE(s) vinculado(s) ao plano; e
- XIX- informação sobre o critério de tributação escolhido pelo Participante; e
- XX- informação, em destaque, de que é aconselhável redução do risco dos investimentos, sobretudo dos percentuais em renda variável, nos últimos 5 (cinco) anos que antecedem o gozo do benefício, pensando na preservação do capital acumulado.

§ 1º No plano em que seja comercializada em conjunto, outra cobertura (ou coberturas), na informação de que tratam os incisos VI e VII deste artigo 25 serão discriminados os valores destinados ao custeio de cada cobertura contratada.

§ 2º PARA O PARTICIPANTE QUE DEIXAR DE APORTAR RECURSOS PARA O PLANO POR MAIS DE 6 (SEIS) MESES, O EXTRATO SERÁ FORNECIDO, PELO MENOS, ANUALMENTE.

Art. 26. No mínimo 90 (noventa) dias antes da data prevista para concessão do Benefício ou à data de início de cada renda programada no ciclo de renda, a EAPC comunicará, por escrito, ao Participante, por qualquer meio que se possa comprovar, físico ou remoto, pelo menos, as seguintes informações:

- I- nome da EAPC;

- II- denominação do plano;
- III- número do processo administrativo no qual o plano foi aprovado pela Susep;
- IV- que se trata de plano destinado exclusivamente a Proponentes Qualificados;
- V- taxa de juros contratada e versão vigente da Tábua Biométrica BR-EMSsb, na data da comunicação, observado o disposto no §2º do artigo 4º deste Regulamento, e respectivo Fator de Renda, **com a ressalva de que poderão ocorrer alterações em consequência da entrada em vigor, até a data de encerramento do Período de Acumulação ou de conversão em renda, de nova versão da tábua BR-EMSsb ou em decorrência da hipótese prevista no §1º do artigo 4º;**
- VI- índice e critério contratados para atualização de valores durante o Período de Pagamento de Benefício sob a forma de Renda;
- VII- o saldo acumulado na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, na data do informe;
- VIII- o valor estimado do Benefício, com base nos dados dos incisos anteriores, com a ressalva de que será recalculado em função das informações e da **Tábua Biométrica BR-EMSsb vigentes na data de encerramento do Período de Acumulação ou de conversão em renda, observado o disposto no § 2º do artigo 4º deste Regulamento;**
- IX- a data prevista para pagamento do Benefício à vista ou sob a forma de Renda ou as datas previstas no planejamento pelo ciclo de rendas, quando for o caso;
- X- critério tributário a ser adotado para os valores recebidos à vista ou sob a forma de Renda;
- XI- o seu direito de, até a data prevista para concessão de Benefício, e a seu único e exclusivo critério:
 - a) resgatar e/ou portar os recursos para outro plano de previdência complementar, inclusive de outra EAPC, na busca das condições financeiras e de segurança que julgar de sua melhor conveniência; e
 - b) alterar a modalidade de Renda contratada por uma das opções previstas no art. 77 deste Regulamento, exceto para as rendas cujo pagamento já tenha sido iniciado.
- XII- informação quanto à existência de reversão de Resultados Financeiros aos Assistidos, contendo, no mínimo:
 - a) percentual de reversão;
 - b) prazo durante o qual haverá reversão, contado da data de início do período de

pagamento do Benefício sob a forma de Renda;

c) época e periodicidade convencionadas para utilização, na forma deste Regulamento, do saldo da Provisão de Excedentes Financeiros; e

d) denominação e CNPJ do FIE no qual estarão aplicados os recursos durante o prazo em que haverá reversão de Resultados Financeiros.

§ 1º A partir do comunicado de que trata o *caput*, não se aplicam os prazos de que tratam os artigos 43 e 50.

§ 2º Para que seja efetivado o pagamento de que trata o inciso VIII deste artigo 26, o Participante deverá se habilitar, mediante resposta à comunicação enviada pela EAPC, informando, no mínimo, seus dados cadastrais atualizados, se deseja postergar o prazo de fim de acumulação, manter ou alterar a Renda previamente contratada, resgatar ou portar os recursos para outro plano ou formalizar a aceitação da oferta de renda.

§ 3º Findo o prazo de acumulação, sem que a EAPC tenha recebido resposta do Participante, a cobrança de contribuições será interrompida, respeitado o prazo definido contratualmente, novas tentativas de comunicação serão realizadas, por meios que possam ser comprovados e os recursos serão mantidos na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder até que haja manifestação do Participante ou habilitação de seus Beneficiários, em caso de sua morte, e o Benefício será pago na forma previamente definida pelo Participante.

§ 4º O período de acumulação de que trata o § 3º deste artigo é aquele estabelecido originalmente na respectiva proposta ou em documento posterior que comprove a solicitação de alteração por parte do Participante.

§ 5º Em nenhuma hipótese, a EAPC poderá alongar o período de acumulação, mediante cobrança de contribuições, sem que o Participante tenha solicitado formalmente ou sem que haja sua expressa anuência.

§ 6º No caso previsto no §3º, o Participante poderá solicitar, respeitados os prazos prescricionais aplicáveis, o Resgate ou a Portabilidade dos recursos ou postergar a data de recebimento do Benefício.

§ 7º Independentemente da comunicação descrita no *caput* desse artigo, o Participante poderá manifestar o seu interesse, nos termos do inciso XI desse artigo, à EAPC, a qualquer momento e até o final do Período de Acumulação

CAPÍTULO II

AOS ASSISTIDOS

Art. 27. A EAPC, durante o Período de Pagamento de Benefício, fornecerá aos Assistidos, por qualquer meio que se possa comprovar, físico ou por meios remotos, entre outras,

as seguintes informações relativas à data do encerramento do período imediatamente anterior, até o 10º (décimo) dia útil de cada **ANO**.

- I- denominação do plano;
- II- número do processo administrativo no qual o plano foi aprovado pela Susep;
- III- valor recebido a título de Renda, no período de competência referenciado no extrato;
- IV- valor do imposto de renda retido na fonte sobre os valores recebidos a título de Renda, no período de competência referenciado no extrato, e, quando for o caso, sobre excedentes, bem como o critério tributário adotado para os valores recebidos sob a forma de Renda;
- V- denominação e CNPJ do FIE no qual estão aplicados os recursos;
- VI- demonstrativo, mês a mês, do cálculo de Resultados Financeiros, – excedentes ou Déficits – no período de competência, contendo, no mínimo:
 - a) valor da parcela do patrimônio líquido do FIE relativa ao valor total da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos; e
 - b) diferença entre o valor mencionado na alínea anterior e o saldo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos considerado naquela mesma alínea, consignado como “Excedente”, se positivo, e como “Déficit”, se negativo; e
- VII- valor recebido a título de Excedente no período de competência referenciado no extrato, discriminando o valor pago diretamente ao Assistido;
- VIII- saldo da Provisão de Excedentes Financeiros, consideradas, assinaladas e especificadas as respectivas movimentações ocorridas no período de competência referenciado no extrato (provisionamentos, remuneração, excedentes creditados aos Assistidos, e valor utilizado para cobertura de Déficits, quando for o caso);
- IX- Taxa de Administração efetivamente aplicada relativa ao FIE vinculado ao plano.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 28. A EAPC comunicará a cada um dos Participantes e Assistidos, em até 30 (trinta) dias, a contar do respectivo evento:

- I- qualquer mudança no sistema e critérios de prestação e/ou de divulgação de informações; e

- II- qualquer ato ou fato relevante relativo ao plano ou ao(s) FIE(s), inclusive quaisquer alterações no(s) Regulamento(s) do(s) fundo(s), que não impliquem em ônus aos Participantes ou impactem a rentabilidade do(s) fundo(s).

Art. 29. Sempre que solicitado, a EAPC fornecerá ou colocará à disposição dos Participantes e Assistidos:

- I- informações relativas ao plano, inclusive com relação aos respectivos valores envolvidos;
- II- dados institucionais e de desempenho do(s) FIE(s), nos quais estão aplicados os recursos pela EAPC, no Período de Acumulação e no período de pagamento do Benefício sob a forma de Renda, durante o prazo de reversão de Resultados Financeiros;
- III- exemplares, atualizados, do Regulamento do plano e do respectivo Contrato Coletivo; e
- IV- exemplar(es) do(s) Regulamento(s) atualizado(s) do(s) respectivo(s) FIE(s), devidamente registrado(s) em cartório de títulos e documentos.

Art. 30. Anualmente, com base nos dados do encerramento do mês de dezembro, e relativamente a todo o ano civil, além das informações de que tratam, conforme o caso, os artigos 25 e 27, serão fornecidas aquelas necessárias ao preenchimento da declaração anual de imposto de renda.

Art. 31. As informações de que trata o presente Título poderão ser disponibilizadas por meio eletrônico, desde que haja expressa anuência do Participante.

Art. 32. Os valores de que trata o presente Regulamento serão informados em moeda corrente nacional.

Parágrafo único. Quando for o caso, na prestação de informações aos Participantes, a EAPC poderá, adicionalmente ao disposto no *caput*, referenciar os respectivos valores em cota(s) do(s) FIE(s).

TÍTULO V DO PERÍODO DE COBERTURA

CAPÍTULO I DO PERÍODO DE ACUMULAÇÃO

Seção I Das Contribuições

Art. 33. O valor e a periodicidade das contribuições poderão ser estipulados no Contrato Coletivo e na Proposta de Inscrição, sendo facultado ao Participante efetuar pagamentos adicionais de qualquer valor, a qualquer tempo.

PARÁGRAFO ÚNICO. QUANDO AS CONTRIBUIÇÕES FOREM DE QUANTIA E PERIODICIDADE PREVIAMENTE ESTIPULADOS, PODERÃO TER SEU VALOR ATUALIZADO ANUALMENTE, PELO MESMO ÍNDICE PREVISTO NESTE REGULAMENTO.

Art. 34. As contribuições serão pagas pelo Participante, em dinheiro, cheque, ordem de pagamento, documento de ordem de crédito, débito em conta corrente ou poupança, desconto em folha de pagamento ou por meio de cartão de crédito, conforme estabelecido contratualmente.

§ 1º Será facultado ao Participante o pagamento por mais de uma das formas previstas no *caput*.

§ 2º É vedada a dedução de quaisquer valores que venham a ser apropriados como receita da EAPC.

§ 3º Sob sua exclusiva responsabilidade perante os Participantes, a EAPC poderá delegar à Averbadora o recolhimento das contribuições, ficando esta responsável por seu repasse à EAPC, conforme as condições estabelecidas no Contrato Coletivo.

§ 4º Na hipótese prevista no §3º, as contribuições adicionais dos Participantes poderão ser por eles pagas diretamente à EAPC, mediante prévia solicitação.

§ 5º A AUSÊNCIA DE REPASSE À EAPC, DE CONTRIBUIÇÕES RECOLHIDAS PELA AVERBADORA, NÃO PODE CAUSAR QUALQUER PREJUÍZO AOS PARTICIPANTES E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS, INCLUSIVE NO QUE SE REFERE AO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO E DEMAIS DIREITOS PREVISTOS NESTE REGULAMENTO.

§ 6º É EXPRESSAMENTE VEDADO O RECOLHIMENTO, A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO, DE QUALQUER VALOR QUE EXCEDA O DESTINADO AO CUSTEIO DO PLANO.

§ 7º QUANDO HOVER O RECOLHIMENTO, JUNTAMENTE COM A CONTRIBUIÇÃO, DE OUTROS VALORES DEVIDOS À AVERBADORA, A QUALQUER TÍTULO, É OBRIGATÓRIO O DESTAQUE, NO DOCUMENTO DE COBRANÇA, DO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO, DISCRIMINADO POR COBERTURA CONTRATADA.

Art. 35. Servirão de comprovante de pagamento de contribuições, o recibo de pagamento em cheque, o débito efetuado em conta bancária, o recibo de remessa ou de pagamento bancário ou postal devidamente compensado, a fatura de cartão de crédito, ou ainda, a comprovação do desconto em folha de pagamento.

Art. 36. OBSERVADO O DISPOSTO NOS ARTIGOS 41 e 42, A INTERRUPÇÃO DEFINITIVA OU TEMPORÁRIA DO PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES NÃO CONSTITUIRÁ MOTIVO PARA DESLIGAMENTO DO PLANO.

Seção II **Do Carregamento**

Art. 37. O PLANO NÃO COBRARÁ CARREGAMENTO DURANTE TODA A SUA VIGÊNCIA.

Art. 38. A INFORMAÇÃO DE QUE O PLANO NÃO COBRA CARREGAMENTO CONSTARÁ NA PROPOSTA DE INSCRIÇÃO E NO CONTRATO COLETIVO, SENDO VEDADA A POSSIBILIDADE DE FUTURAS COBRANÇAS.

Art. 39. NÃO SERÁ COBRADO CARREGAMENTO SOBRE O VALOR DE RECURSOS PORTADOS PARA O PLANO.

Seção III **Da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder**

Art. 40. O valor das contribuições pagas e o valor das Portabilidades de recursos de outros planos previdenciários, serão creditados na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, cujo saldo será calculado, diariamente, com base no valor diário das cotas do(s) FIE(s) em que estejam aplicados os referidos recursos.

Art. 41. FICA FACULTADO À EAPC EFETUAR O PAGAMENTO DO RESGATE DOS RECURSOS DA PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER AO PARTICIPANTE, OBSERVADO O DISPOSTO NO ARTIGO 49 DO REGULAMENTO, IMPLICANDO O AUTOMÁTICO DESLIGAMENTO DO PARTICIPANTE DO PLANO SE O SALDO FOR INFERIOR A **R\$ 1.000,00** (UM MIL REAIS).

Parágrafo único. O valor do saldo de que trata o “*caput*” será corrigido anualmente pelo mesmo índice de atualização de valores previsto no presente Regulamento, na data-base estabelecida no Contrato Coletivo.

Art. 42. NA OCORRÊNCIA DE INVIABILIDADE DE ALGUM DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO PREVISTOS NO REGULAMENTO, EM FUNÇÃO DOS LIMITES MÍNIMOS DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXIGIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM, A EAPC RESGATARÁ O SALDO DA PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER EM FAVOR DO PARTICIPANTE, OBSERVADO O DISPOSTO NO ARTIGO 49 DO REGULAMENTO, IMPLICANDO O AUTOMÁTICO DESLIGAMENTO DO PARTICIPANTE DO PLANO.

Parágrafo único. Alternativamente ao Resgate, a EAPC poderá oferecer ao Participante a opção de solicitar a Portabilidade dos recursos para outro plano previdenciário ou de realocar os recursos para outro(s) fundo(s) de investimento especialmente constituído(s) do mesmo plano, observadas às normas em vigor.

Seção IV Do Resgate

Art. 43. INDEPENDENTEMENTE DO NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES PAGAS, É PERMITIDO AO PARTICIPANTE SOLICITAR O RESGATE, TOTAL OU PARCIAL, DE RECURSOS DO SALDO DA PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER, APÓS O CUMPRIMENTO, DE PRAZO DE CARÊNCIA COMPREENDIDO ENTRE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS E 60 (SESSENTA) MESES, A CONTAR DA DATA DE PROTOCOLO DA PROPOSTA DE INSCRIÇÃO NA EAPC.

§ 1º O INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS PEDIDOS DE RESGATE ESTIPULADOS PELO PARTICIPANTE DEVERÁ ESTAR COMPREENDIDO ENTRE 60 (SESSENTA) DIAS E 24 (VINTE E QUATRO) MESES.

§ 2º OS PRAZOS DE QUE TRATAM O *CAPUT* E O §1º DESTE ARTIGO 43 SERÃO DEFINIDOS NO CONTRATO COLETIVO E CONSTARÃO DA PROPOSTA DE INSCRIÇÃO.

§ 3º O MONTANTE DA PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER, CORRESPONDENTE AO SALDO DEVEDOR DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA E/OU À GARANTIA DE CRÉDITO, INCLUINDO A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA, NÃO PODERÁ SER RESGATADO.

§ 4º É VEDADO O RESGATE DO MONTANTE DOS RECURSOS PORTADOS DE PLANOS DE BENEFÍCIOS DE ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, QUE DEVERÁ SER UTILIZADO, EXCLUSIVAMENTE, PARA PERCEPÇÃO DE RENDA, PELO PARTICIPANTE E, NO CASO DE SUA MORTE, PARA OS EVENTUAIS BENEFÍCIOS DE DIREITO DE SEUS BENEFICIÁRIOS, CONFORME REGULAÇÃO EM VIGOR.

§ 4º O PEDIDO DE RESGATE DEVE SER EFETUADO COM BASE NO SALDO DA PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER.

§ 5º O SALDO CONVERTIDO EM PMBC NÃO PODERÁ SER RESGATADO.

§ 6º APLICAR-SE-Á, NO PAGAMENTO DO RESGATE E DO BENEFÍCIO, A LEGISLAÇÃO FISCAL VIGENTE.

Art. 44. Os prazos de que trata o artigo 43 serão idênticos para todos os Participantes sujeitos ao mesmo Contrato Coletivo, podendo ser automaticamente modificados quando contrariarem as normas baixadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP ou pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Parágrafo único. Ocorrendo alteração, a EAPC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, comunicará por escrito a cada um dos Participantes os novos prazos que atendam à regulamentação.

Art. 45. Na ocorrência de invalidez total e permanente, comprovada mediante declaração médica, ou morte do Participante, o saldo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, mediante solicitação devidamente instruída e registrada na EAPC, será posto à disposição do Participante, no caso de invalidez, ou ao Beneficiário (ou Beneficiários) indicado(s), no caso de morte, para recebimento, sem qualquer prazo de carência, à vista ou sob a forma de **RENDA MENSAL POR PRAZO CERTO**, conforme opção do Participante.

§1º Não havendo indicação expressa de Beneficiários, ou, por qualquer motivo, não prevalecer a que for feita, o Benefício será pago metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do Participante, excluído o cônjuge, obedecida a ordem de vocação hereditária prevista no Código Civil brasileiro. Na ausência do cônjuge e dos herdeiros legais, serão beneficiárias as pessoas que provarem que a morte do Participante as privou dos meios necessários à subsistência.

§2º Para o cálculo da Renda de que trata o *caput* deste artigo, serão adotados os seguintes parâmetros:

- I- taxa de juros efetiva anual: **0 % a.a**;
- II- prazo máximo de pagamento da Renda: **600 (seiscentos)** meses.

§ 3º O reconhecimento do evento gerador pela EAPC, deverá ser efetuado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a entrega dos documentos básicos solicitados.

§ 4º Em caso de dúvida justificada para a comprovação da ocorrência do evento gerador ou habilitação do Beneficiário, poderão ser exigidos outros documentos, além dos citados no regulamento do plano.

§ 5º Será suspensa a contagem do prazo que trata o § 3º no caso de solicitação de nova documentação, respeitado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 6º Caso a EAPC conclua que o resgate não é devido, o Participante ou Beneficiário deverá ser comunicado formalmente com a justificativa, por qualquer meio que se possa comprovar, físico ou por meios remotos, dentro do prazo previsto no § 3º.

§ 7º O Participante poderá alterar a forma de recebimento dos recursos de que trata o *caput* deste artigo a qualquer momento, durante o período de acumulação e antes da ocorrência do evento gerador, nas formas previstas na regulamentação em vigor.

Art. 46. O pedido de Resgate deve ser efetuado com base no saldo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, mediante registro de solicitação na EAPC, devidamente instruída, especificando/apresentando:

- I- denominação do plano;
- II- valor ou percentual da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder a ser resgatado;
- III- documento de identidade e Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- IV- dados bancários para a efetivação do pagamento, quando couber;
- V- no caso de invalidez do Participante, declaração médica, atestando ser total e permanente e data de sua caracterização;
- VI- no caso de morte, cópia autenticada da Certidão de Óbito do Participante, Documento de Identidade, Certidão de Casamento ou Certidão de Nascimento e CPF do(s) Beneficiário(s); e
- VII- comprovante de residência, nos casos exigidos pelas normas em vigor.

Art. 47. O pagamento do Resgate considerando o valor ou o percentual estipulado pelo Participante e com base no valor da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, deverá ser efetivado em até 2 (dois) dias úteis após a data da disponibilização dos recursos à EAPC.

§ 1º Na ocorrência de invalidez ou morte durante o Período de Acumulação, será considerado o valor da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, e deverá ser efetivado em até 2 (dois) dias úteis após a data da disponibilização dos recursos à EAPC.

§ 2º O RESGATE TOTAL IMPLICARÁ O AUTOMÁTICO DESLIGAMENTO DO PLANO.

ART. 48. O PAGAMENTO DO RESGATE DEVE SER EFETUADO POR MEIO DE TRANSFERÊNCIA PARA CONTA DE DEPÓSITO, À VISTA OU POUPANÇA, OU CONTA DE PAGAMENTO PRÉ-PAGA, DE TITULARIDADE DO PARTICIPANTE OU DO BENEFICIÁRIO, QUANDO FOR O CASO, EM ATÉ 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS APÓS A DISPONIBILIZAÇÃO DO RESGATE NO(S) FUNDO(S) DE INVESTIMENTO E NO MÁXIMO ATÉ O 180º (CENTÉSIMO OCTOGÉSIMO) DIA ÚTIL SUBSEQUENTE AO RECONHECIMENTO DO EVENTO GERADOR DE QUE TRATA O ART.45 OU AO PROTOCOLO DA SOLICITAÇÃO DE RESGATE EFETUADA PELO PARTICIPANTE NA EAPC.

Art. 49. SOBRE O VALOR RESGATADO HAVERÁ INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS, DE ACORDO E POR CONTA DE QUEM A LEGISLAÇÃO FISCAL VIGENTE DETERMINAR.

Seção V
Da Portabilidade

Art. 50. INDEPENDENTEMENTE DA QUANTIDADE E DO VALOR DAS CONTRIBUIÇÕES PAGAS, O PARTICIPANTE PODERÁ SOLICITAR PORTABILIDADE, TOTAL OU PARCIAL, PARA OUTRO PLANO DE PREVIDÊNCIA, DESTA OU DE OUTRA EAPC, DE RECURSOS DO SALDO DA PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER, APÓS O CUMPRIMENTO DE PRAZO DE CARÊNCIA DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, A CONTAR DA DATA DE PROTOCOLO DA PROPOSTA DE INSCRIÇÃO NA EAPC.

§ 1º O PARTICIPANTE NÃO PODE ESTIPULAR PORTABILIDADES COM INTERVALO INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS.

§ 2º PARA PORTABILIDADE ENTRE PLANOS DE PREVIDÊNCIA DESTA EAPC,

PODEM SER ESTABELECIDOS PRAZOS INFERIORES AOS MENCIONADOS NESTE ARTIGO 50, SENDO ESTES DEFINIDOS NO CONTRATO COLETIVO E APRESENTADOS NA PROPOSTA DE INSCRIÇÃO.

§ 3º NÃO SE APLICAM PERÍODOS DE CARÊNCIA PARA RECURSOS PORTADOS DE PLANOS DE BENEFÍCIOS DE ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

§ 4º O MONTANTE DA PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER CORRESPONDENTE AO SALDO DEVEDOR DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA E/OU À GARANTIA DE CRÉDITO, INCLUINDO A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA, NÃO PODERÁ SER PORTADO.

§ 5º O PEDIDO DE PORTABILIDADE DEVE SER EFETUADO COM BASE NO SALDO DA PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER.

§ 6º O SALDO CONVERTIDO EM PMBC NÃO PODERÁ SER PORTADO.

§ 7º Os recursos referentes à cobertura por sobrevivência somente podem ser portados para PMBAC referentes a coberturas por sobrevivência.

§ 8º O PARTICIPANTE PODERÁ OPTAR POR CONTRATAR A RENDA EM OUTRA EAPC POR MEIO DA PORTABILIDADE DOS RECURSOS.

Art. 51. Os prazos de que trata o artigo 50 serão idênticos para todos os Participantes sujeitos ao mesmo Contrato Coletivo, podendo ser automaticamente modificados quando contrariarem alterações específicas nas normas baixadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP ou pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Parágrafo único. Ocorrendo alteração, a EAPC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, comunicará por escrito a cada um dos Participantes os novos prazos que atendam à regulamentação.

Art. 52. A Portabilidade se dará mediante solicitação do Participante, devidamente registrada na EAPC, informando:

- I- o plano(ou planos) previdenciário, quando da mesma EAPC; ou
- II- o plano(ou planos) previdenciário e respectiva EAPC (ou EAPCs), quando para outra EAPC (ou EAPCs);
- III- o respectivo valor(es) ou percentual(is) do saldo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder; e

IV- respectivas datas.

§ 1º À solicitação de que trata o *caput*, o Participante deverá anexar documento expedido pela EAPC cessionária, físico ou eletrônico, contendo a data em que o plano receptor foi contratado e declaração de que não se opõe à Portabilidade, especialmente no que se refere ao valor a ser portado.

§ 2º Nos casos de Portabilidade para plano previdenciário em que o Participante não esteja inscrito, deverá ser previamente formalizado o preenchimento de Proposta de Inscrição e adotadas todas as demais providências previstas na regulamentação em vigor.

Art. 53. A Portabilidade será efetivada considerando o valor ou o percentual estipulado pelo Participante e com base no valor da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, calculado até o 2º (segundo) dia útil anterior à data de transferência dos recursos.

PARÁGRAFO ÚNICO. A PORTABILIDADE TOTAL IMPLICARÁ O AUTOMÁTICO DESLIGAMENTO DO PLANO.

Art. 54. A PORTABILIDADE DEVERÁ SER EFETIVADA EM ATÉ 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS APÓS A DISPONIBILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO RESGATE DO(S) FUNDO(S) DE INVESTIMENTO OU ATÉ O 180º (CENTÉSIMO OCTOGÉSIMO) DIA ÚTIL DO PROTOCOLO DA SOLICITAÇÃO EFETUADA PELO PARTICIPANTE NA EAPC OU À DATA PROGRAMADA PELO PARTICIPANTE PARA EFETIVAÇÃO DA PORTABILIDADE.

Parágrafo único. Os recursos financeiros serão portados diretamente entre as EAPCs, ficando vedado que transitem, sob qualquer forma, pelo Participante ou pessoa jurídica Averbadora.

Art. 55. O Participante deverá receber documento fornecido pela EAPC, por qualquer meio que se possa comprovar, físico ou remoto, conforme opção do Participante no momento da solicitação da Portabilidade:

- I- cedente dos recursos, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar da data de sua Portabilidade, atestando a data da efetivação, o respectivo valor e a EAPC cessionária; e
- II- cessionária dos recursos, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar das respectivas datas de recepção dos recursos, atestando a data de recebimento, respectivo valor e plano.

Art. 56. É vedada a Portabilidade de recursos entre Participantes.

Art. 57. SOBRE O VALOR DA PORTABILIDADE HAVERÁ INCIDÊNCIA DE DESPESAS RELATIVAS ÀS TARIFAS BANCÁRIAS NECESSÁRIAS À PORTABILIDADE.

Seção VI

Do Plano ou Fundo Exclusivo Familiar

Art. 58. Quando o valor da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBAC de um Participante for maior que R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em um único plano ou FIE vinculado ao plano, estes não poderão ser ou continuar destinados exclusivamente ou majoritariamente a este Participante e/ou a seus familiares, entendidos como o cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau.

Art. 59. Considera-se fundo e/ou plano familiar aquele constituído por um único Participante e/ou grupo familiar - entendido como o cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau - cuja respectiva Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBAC represente mais do que 75% do patrimônio total do FIE.

§1º A EAPC fica impedida de aceitar novos aportes e/ou portabilidade do Participante a fundo e/ou plano familiar, ou fundo e/ou plano que passe a ser classificado como familiar considerado o aporte e/ ou portabilidade, caso o montante da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC do referido Participante no respectivo fundo e/ou plano somado ao montante do aporte e/ou portabilidade seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

§2º Para o cálculo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC do Participante no FIE, deve-se considerar o somatório da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC de todos os planos e certificados vinculados ao Participante no referido FIE.

§3º Para o cálculo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC do Participante no plano, deve-se considerar o somatório da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC de todos dos FIEs e certificados vinculados ao Participante no referido plano.

Art. 60. Caso o cálculo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC , nos termos do art. 61, atinja um valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a EAPC deverá comunicar o Participante, por meio físico ou remoto, que aportes e recebimento de portabilidade no respectivo FIE ou plano estarão impedidos nos termos da regulamentação em vigor.

Seção VII

Da aplicação dos recursos

Art. 61. Os recursos vertidos ao plano, por meio de Contribuições e Portabilidades, serão apropriados à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e aplicados, pela EAPC, em cotas do(s) respectivo(s) FIE(s), até o 2º (segundo) dia útil subsequente ao da efetiva disponibilidade dos recursos, em sua sede ou dependências, tendo como base o valor da cota em vigor no respectivo dia da aplicação.

Art. 62. Os recursos do plano serão aplicados em cotas dos seguintes FIEs:

VINCI VIDA E PREV MOSAICO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, registrado no CNPJ sob n.º 52.010.050/0001-53.

Será composto:

Nas modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente, sendo que os investimentos em renda variável representarão até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do FIE.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **2%** (DOIS INTEIROS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO VINCI TR FIE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO - CLASSE DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – RESPONSABILIDADE LIMITADA, registrado no CNPJ sob n.º 51.992.077/0001-26.

Será composto:

Nas modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente, sendo que os investimentos em renda variável representarão até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do FIE.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **2%** (DOIS INTEIROS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO KINEA ATLAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, registrado no CNPJ sob n.º 54.936.671/0001-98.

Será composto:

Nas modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente, sendo que os investimentos em renda variável representarão até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do FIE.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **2%** (DOIS INTEIROS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO BLACKROCK IBOVESPA 100 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, registrado no CNPJ sob o n.º 55.135.530/0001-39.

Será composto:

Nas modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente, sendo que os investimentos em renda variável representarão até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do FIE.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **0,35%** (TRINTA E CINCO CENTÉSIMOS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

BRASIL CAPITAL 100 VINCI PREVIDÊNCIA FI EM COTAS DE FI FINANCEIRO DE AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA, registrado no CNPJ sob o n.º 54.370.725/0001-09.

Será composto:

Nas modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente, sendo que os investimentos em renda variável representarão até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do FIE.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **2,1%** (DOIS INTEIROS E UM DÉCIMO POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

A TAXA DE PERFORMANCE DO FIE VINCULADO A ESTE PLANO É DE **20%** (VINTE POR CENTO) AO ANO DO QUE EXCEDER O SEU INDICADOR/ÍNDICE DE DESEMPENHO.

MIO VINCI GAS DIVIDENDOS PREV FIE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO – CLASSE DE INVESTIMENTO EM COTAS DE AÇÕES – RESPONSABILIDADE LIMITADA, registrado no CNPJ sob o n.º 57.533.951/0001-43.

Será composto:

Nas modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente, sendo que os investimentos em renda variável representarão até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do FIE.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **2%** (DOIS INTEIROS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO 3 ILHAS PREVIDÊNCIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RL, registrado no CNPJ sob o n.º 61.002.607/0001-03

Será composto:

Nas modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente, sendo que os investimentos em renda variável representarão até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do FIE.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **1,40%** (UM INTEIRO E QUARENTA CENTÉSIMOS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

A TAXA DE PERFORMANCE DO FIE VINCULADO A ESTE PLANO É DE **20%** (VINTE POR CENTO) AO ANO DO QUE EXCEDER O SEU INDICADOR/ÍNDICE DE DESEMPENHO.

MIO VINCI DI FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTOS RENDA FIXA REFERENCIADO, registrado no CNPJ sob o n.º 48.701.752/0001-06

Será composto:

Unicamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e créditos securitizados do Tesouro Nacional.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **0,25%** (VINTE E CINCO CENTÉSIMOS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO VINCI FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO - CLASSE DE INVESTIMENTO EM COTAS RENDA FIXA INFLAÇÃO LONGA PREV – RESPONSABILIDADE LIMITADA, registrado no CNPJ sob o n.º 51.992.975/0001-84

Será composto:

Por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, por créditos securitizados do Tesouro Nacional e por investimentos de renda fixa, nas modalidades e dentro dos critérios, diversificação e diversidade admitidos pela regulamentação vigente.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **0,45%** (QUARENTA E CINCO CENTÉSIMOS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

SPARTA PREVIDÊNCIA V FI EM COTAS DE FI FINANCEIRO RENDA FIXA CRÉDITO PRIV RESP LIMITADA, registrado no CNPJ sob o n.º 55.032.274/0001-54

Será composto:

Por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, por créditos securitizados do Tesouro Nacional e por investimentos de renda fixa, nas modalidades e dentro dos critérios, diversificação e diversidade admitidos pela regulamentação vigente.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **0,85%** (OITENTA E CINCO CENTÉSIMOS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO VINCI CRÉDITO PREV FIC DE FIF RENDA FIXA CRED PRIV - RESPONSABILIDADE LIMITADA, registrado no CNPJ sob o n.º 55.127.040/0001-90

Será composto:

Por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, por créditos securitizados do Tesouro Nacional e por investimentos de renda fixa, nas modalidades e dentro dos critérios, diversificação e diversidade admitidos pela regulamentação vigente.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **1,25%** (UM INTEIRO E VINTE E CINCO CENTÉSIMOS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO AZ QUEST LUCE FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA, registrado no CNPJ sob o n.º 54.542.245/0001-70

Será composto:

Por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, por créditos securitizados do Tesouro Nacional e por investimentos de renda fixa, nas modalidades e dentro dos critérios, diversificação e diversidade admitidos pela regulamentação vigente.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **2%** (DOIS INTEIROS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO VINCI VALOREM FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO – CLASSE DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, registrado no CNPJ sob o n.º 52.163.929/0001-35

Será composto:

Nas modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente, sendo que os investimentos em renda variável representarão até 0% (zero por cento) do patrimônio líquido do FIE.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **1%** (UM INTEIRO POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

A TAXA DE PERFORMANCE DO FIE VINCULADO A ESTE PLANO É DE **20%** (VINTE POR CENTO) AO ANO DO QUE EXCEDER O SEU INDICADOR/ÍNDICE DE DESEMPENHO.

MIO BLACKROCK IBOVESPA 70 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, registrado no CNPJ sob o n.º 55.145.271/0001-27

Será composto:

Nas modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente, sendo que os investimentos em renda variável representarão até 70% (setenta por cento) do patrimônio líquido do FIE.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **0,35%** (TRINTA E CINCO CENTÉSIMOS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO KAPITALO K10 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, registrado no CNPJ sob n.º 54.936.827/0001-30

Será composto:

Nas modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente, sendo que os investimentos em renda variável representarão até 70% (setenta por cento) do patrimônio líquido do FIE.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **2,2%** (DOIS INTEIROS E DOIS DÉCIMOS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO VINCI OPTIMUM FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO, registrado no CNPJ sob o n.º 48.718.927/0001-98

Será composto:

Nas modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente, sendo que os investimentos em renda variável representarão até 70% (setenta por cento) do patrimônio líquido do FIE.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **2%** (DOIS INTEIROS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO VINCI EQUILIBRIO FIE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, registrado no CNPJ sob n.º 48.970.482/0001-39

Será composto:

Nas modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente, sendo que os investimentos em renda variável representarão até 70% (setenta por cento) do patrimônio líquido do FIE.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **2%** (DOIS INTEIROS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO SPX LANCER PLUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - RESPONSABILIDADE LIMITADA, registrado no CNPJ sob o n.º 54.591.780/0001-10

Será composto:

Nas modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente, sendo que os investimentos em renda variável representarão até 70% (setenta por cento) do patrimônio líquido do FIE.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **2%** (DOIS INTEIROS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO ACE CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, registrado no CNPJ sob n.º 54.910.659/0001-04

Será composto:

Nas modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente, sendo que os investimentos em renda variável representarão até 70% (setenta por cento) do patrimônio líquido do FIE.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **2%** (DOIS INTEIROS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO LEGACY CAPITAL PS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, registrado no CNPJ sob o n.º 55.124.039/0001-02

Será composto:

Nas modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente, sendo que os investimentos em renda variável representarão até 70% (setenta por cento) do patrimônio líquido do FIE.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **2,5%** (DOIS INTEIROS E CINCO DÉCIMOS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

JGP CRED PREVI VINCI TIPO 1 FIC DE FIF RF CRED PRIV LP, registrado no CNPJ sob o n.º 55.380.886/0001-38

Será composto:

Por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, por créditos securitizados do Tesouro Nacional e por investimentos de renda fixa, nas modalidades e dentro dos critérios, diversificação e diversidade admitidos pela regulamentação vigente.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **1,2%** (UM INTEIRO E DOIS DÉCIMOS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO SUPER RICO INFLAÇÃO ATIVO PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA RESPONSABILIDADE LIMITADA, registrado no CNPJ sob o n.º 52.922.777/0001-07

Será composto:

Por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, por créditos securitizados do Tesouro Nacional e por investimentos de renda fixa, nas modalidades e dentro dos critérios, diversificação e diversidade admitidos pela regulamentação vigente.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **0,85%** (OITENTA E CINCO CENTÉSIMOS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO VINCI IPCA+ 2035 FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA, registrado no CNPJ sob o n.º 62.880.084/0001-52

Será composto:

Por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, por créditos securitizados do Tesouro Nacional e por investimentos de renda fixa, nas modalidades e dentro dos critérios, diversificação e diversidade admitidos pela regulamentação vigente.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **0,30%** (TRINTA CENTÉSIMOS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

**MIO VINCI IPCA+ 2050 FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA,
registrado no CNPJ sob o n.º 62.879.706/0001-22**

Será composto:

Por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, por créditos securitizados do Tesouro Nacional e por investimentos de renda fixa, nas modalidades e dentro dos critérios, diversificação e diversidade admitidos pela regulamentação vigente.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **0,30%** (TRINTA CENTÉSIMOS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

**MIO VINCI IPCA+ 2060 FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA,
registrado no CNPJ sob o n.º 62.879.312/0001-74**

Será composto:

Por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, por créditos securitizados do Tesouro Nacional e por investimentos de renda fixa, nas modalidades e dentro dos critérios, diversificação e diversidade admitidos pela regulamentação vigente.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **0,30%** (TRINTA CENTÉSIMOS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

VINCI TAMBASA FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO – CLASSE DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO PREV – RESPONSABILIDADE LIMITADA, registrado no CNPJ sob o n.º 52.218.570/0001-56

Será composto:

Por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, por créditos securitizados do Tesouro Nacional e por investimentos de renda fixa, nas modalidades e dentro dos critérios, diversificação e diversidade admitidos pela regulamentação vigente.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **0,70%** (SETENTA CENTÉSIMOS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTE FIE NÃO PREVÊ A COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE, ENTRETANTO OS FUNDOS INVESTIDOS POR ESTE FIE PODERÃO COBRAR TAXA DE PERFORMANCE DE ACORDO COM OS SEUS RESPECTIVOS REGULAMENTOS.

MIO VERDE MASTER PREV 60 QUALIFICADO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO DA CLASSE DE INVESTIMENTO EM COTAS MULTIMERCADO RESPONSABILIDADE LIMITADA, registrado no CNPJ sob o n.º 63.757.452/0001-32

Será composto:

Nas modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente, sendo que os investimentos em renda variável representarão até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do FIE.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA DO FIE, VINCULADO A ESTE PLANO, CONSTANTE NESTE ITEM É DE **2,5%** (DOIS INTEIROS E CINCO DÉCIMOS POR CENTO) AO ANO, CALCULADA COM BASE NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

A TAXA DE PERFORMANCE DO FIE VINCULADO A ESTE PLANO É DE 20% (VINTE POR CENTO) AO ANO DO QUE EXCEDER O SEU INDICADOR/ÍNDICE DE DESEMPENHO.

§ 1º. A EAPC PODERÁ, A SEU CRITÉRIO E A QUALQUER TEMPO, SUBSTITUIR OS FIES COM ALTERAÇÃO DE CNPJ E DENOMINAÇÃO, PREVISTOS NESTE ARTIGO 62, QUANDO FOR PRESERVADA A POLÍTICA DE INVESTIMENTO, NÃO HOVER AUMENTO DA TAXA MÁXIMA DE ADMINISTRAÇÃO E DESDE QUE NÃO ACARRETE QUAISQUER ÔNUS AOS PARTICIPANTES.

§ 2º. Os recursos serão aplicados pela EAPC nos FIEs relacionados neste Art. 62, conforme percentuais estabelecidos pelo Participante na Proposta de Inscrição.

§ 3º. O PARTICIPANTE PODERÁ ALTERAR, A QUALQUER TEMPO, OS PERCENTUAIS ESTABELECIDOS PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS ENTRE OS FUNDOS VINCULADOS AO PLANO.

§ 4º. A ALTERAÇÃO DE QUE TRATA O §3º DESTE ARTIGO 62 DEVERÁ SER PROCEDIDA POR SOLICITAÇÃO EXPRESSA DO PARTICIPANTE, POR QUALQUER MEIO QUE SE POSSA COMPROVAR, FÍSICO OU REMOTO.

§ 5º. Nos planos em que seja permitida a cobrança da Taxa de Administração e de performance, as taxas efetivamente aplicadas serão informadas no extrato e no certificado, e remetidas ao Participante sempre que houver alteração, e poderão ser consultadas no regulamento do FIE associado ao plano no sítio da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br).

Seção VIII **Do Ciclo de Rendas**

Art. 63. O Participante poderá optar por definir a quantidade de rendas, as respectivas modalidades, o percentual do total da provisão que deseja converter em cada renda e os respectivos prazos de duração, quando for o caso

§1º A EAPC poderá realizar oferta de renda considerando o planejamento do ciclo de rendas definido pelo Participante, devendo obrigatoriamente apresentar uma oferta de renda com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do início de cada renda programada.

§2º A conversão em renda programada no ciclo de rendas depende da efetiva adesão do Participante à oferta de renda.

§3º Deve ser observado o prazo constante no art. 26 para comunicação da data prevista para a concessão do Benefício em forma de renda.

Art. 64. O Participante poderá alterar a programação do ciclo de rendas a qualquer momento em relação às modalidades de renda, bem como a quantidade de rendas programadas, o percentual das provisões que deseja converter em cada renda e os respectivos prazos de duração, quando for o caso.

Art. 65. A cada definição ou modificação do ciclo de rendas, deve-se emitir um novo Certificado do Participante.

Art. 66. O Participante tem a faculdade de contratar mais de uma renda para um mesmo período.

Art. 67. O prazo mínimo de pagamento de qualquer renda, seja pela oferta de renda ou pelos parâmetros do momento da contratação do plano, deverá ser de 5 (cinco) anos

Seção IX **Da Oferta de Rendas**

Art. 68. A EAPC a qualquer momento pode ofertar ao Participante uma conversão em renda.

Art. 69. É permitido à EAPC oferecer renda diferida, desde que o período entre a data da contratação e a data do recebimento da renda seja de no máximo 4 (quatro) anos.

Parágrafo Único: O diferimento que trata o caput poderá ser de até 15 (quinze) anos nos casos de recursos financeiros oriundos de portabilidade de Entidade Fechada de Previdência Complementar com a finalidade de contratação de renda em EAPC

Art. 70. O Participante e o Assistido, conforme o caso, deverá receber as informações e suporte necessários para a tomada de decisão mais adequada à sua realidade e necessidades.

Parágrafo Único. As informações e suporte de que tratam o caput deste artigo deverão ser fornecidas em cada oferta de renda, e também com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término do período de acumulação ou do início de cada renda programada, conforme o caso, por quaisquer meios que se possa comprovar.

Art. 71. O prazo de validade da oferta de conversão em renda, para que o Participante contrate a renda, é de no mínimo 5(cinco) dias.

Art. 72. Em um mesmo plano, as ofertas de renda realizadas no mesmo dia, deverão ter as mesmas condições para todos os Participantes, considerando a mesma modalidade de renda e os mesmos parâmetros técnicos, ressalvadas as peculiaridades individuais como idade e sexo inerentes às rendas atuariais.

Art. 73. A oferta de conversão em renda deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) modalidade da renda;
- b) data de início e término da renda, quando for o caso;
- c) o valor da Renda;
- d) o montante de conversão;
- e) a taxa de juros predefinida em regulamento;
- f) a tábua biométrica utilizada, a depender da renda;
- g) percentual de reversão de excedentes financeiros;
- h) o prazo de validade da oferta de conversão em renda;
- i) processo SUSEP do plano;
- j) informação de que "O valor da renda será calculado em função do valor da cota do FIE onde estiverem aplicados os respectivos recursos e do fator de renda contratado";
- k) a informação de que "Para a contratação da renda, devem ser levadas em consideração outras características do plano e da renda disponíveis no regulamento, tendo em vista que podem ser relevantes no processo decisório.";
- l) a informação de que "O consumidor pode optar por contratar a renda em outra sociedade por meio da portabilidade dos recursos.";
- m) a informação de que "Os recursos destinados a uma determinada oferta de renda não ficarão mais sujeitos aos institutos de portabilidade ou resgate após a contratação desta renda, resguardadas as características de reversão ao(s) beneficiário(s)."

§1º Os referidos elementos mínimos devem ser apresentados em conjunto com o valor da renda e em caráter ostensivo e legível;

§2º Uma vez contratada, não poderão ser alteradas as características da renda.

§3º A oferta de renda no caso de modalidade que utilize taxa de juros predefinida é representada pela simulação do benefício considerando os parâmetros do regulamento do plano e o montante para conversão em renda.

Art. 74. A EAPC terá o prazo máximo de 10 (dez) dias da data da adesão à oferta para emitir Certificado de Renda e nova Apólice contendo a informação do ciclo de rendas, quando for o caso, e de todos os certificados de renda contratados.

Parágrafo único. A concessão da renda de que trata o caput somente será efetivada pela EAPC após a formalização da aceitação da oferta de renda por parte do Participante, por qualquer meio que se possa comprovar, físico ou por meios remotos, nos termos da regulamentação em vigor e conforme disposto no regulamento.

Seção X

Certificado de Renda

Art. 75. Observado o disposto no art. 71, a EAPC emitirá e enviará, por qualquer meio que se possa comprovar, físico ou por meios remotos, nos termos da regulamentação específica, conforme o caso, certificado de renda constando, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) identificação da EAPC: denominação e CNPJ;
- b) identificação do plano: denominação e número do processo administrativo por meio do qual o plano foi aprovado pela SUSEP;
- c) identificação do Participante e dos respectivos dados cadastrais;
- d) data da oferta da renda;
- e) data da contratação da renda;
- f) data de início e término da renda, quando for o caso;
- g) modalidade da renda;
- h) o montante de conversão;
- i) a tábua biométrica utilizada, a depender da renda;
- j) percentual de reversão de excedentes financeiros;
- k) apontamento de eventuais benefícios adicionais vinculados a renda;
- l) indicação do capítulo do regulamento em que consta a descrição completa da modalidade da renda.

CAPÍTULO II

DO PERÍODO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIO

Seção I

Dos Tipos, Concessão e Pagamento

Art. 76. No primeiro dia útil seguinte à data prevista para o início do recebimento do Benefício e desde que haja habilitação do Participante, conforme §2º do art. 26, será concedido ao Assistido o Benefício sob a forma de Pagamento Único, calculado com base no saldo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder verificado ao término daquele período.

Art. 77. NÃO OBSTANTE O DIREITO PREVISTO NO INCISO XI DO ART. 26 DO REGULAMENTO, É RECOMENDÁVEL QUE, ATÉ O 30º (TRIGÉSIMO) DIA ANTERIOR AO DA DATA PREVISTA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO, E A SEU ÚNICO E EXCLUSIVO CRITÉRIO, O PARTICIPANTE SOLICITE À EAPC, POR ESCRITO OU POR OUTRA

FORMA QUE POSSA SER COMPROVADA, A ALTERAÇÃO DO BENEFÍCIO DE QUE TRATA O ARTIGO 76 PELO BENEFÍCIO POR UM DOS SEGUINTE TIPOS DE RENDA MENSAL:

RENDA MENSAL TEMPORÁRIA: consiste em uma Renda mensal a ser paga temporária e exclusivamente ao Participante-Assistido durante o período máximo de **240 (duzentos e quarenta)** meses. A RENDA CESSA COM O SEU FALECIMENTO, OU TÉRMINO DA TEMPORARIEDADE ESTABELECIDNA NA PROPOSTA DE INSCRIÇÃO, O QUE OCORRER PRIMEIRO, SEM QUE SEJA DEVIDA QUALQUER DEVOLUÇÃO, INDENIZAÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE QUALQUER ESPÉCIE OU NATUREZA. PARA CÁLCULO DESTA MODALIDADE DE RENDA SERÃO UTILIZADOS OS SEGUINTE PARÂMETROS:

I – taxa de juros efetiva anual: **0 % a.a.**;

II – tábuas biométricas de sobrevivência:

a) sexo masculino: **BR-EMSsb-m em sua versão vigente na data da conversão em renda.**

b) sexo feminino: **BR-EMSsb-f em sua versão vigente na data da conversão em renda.**

RENDA MENSAL POR PRAZO CERTO: consiste em uma Renda mensal a ser paga por prazo pré-estabelecido ao Participante-Assistido, durante o período máximo de **600 (seiscentos)** meses. PARA CÁLCULO DESTA MODALIDADE DE RENDA SERÁ UTILIZADO O SEGUINTE PARÂMETRO:

I – taxa de juros efetiva anual: **0 % a.a.**

§ 1º O Participante, por ocasião da solicitação prevista no *caput* deste artigo 61 indicará o prazo, de no máximo **600 (seiscentos)** meses, contado a partir da data de concessão do Benefício, em que será efetuado o pagamento da Renda.

§ 2º Se, durante o período de pagamento do Benefício, ocorrer o falecimento do Participante ou Assistido antes de ser completado o prazo indicado, a Renda será paga ao(s) Beneficiário(s), na proporção de rateio estabelecida, pelo período restante do prazo determinado.

§ 3º O PAGAMENTO DA RENDA CESSARÁ COM O TÉRMINO DO PRAZO ESTABELECIDO.

§ 4º No caso de um dos Beneficiários falecer, a parte da Renda a ele destinada será paga aos seus sucessores legítimos, observada a legislação vigente.

§ 5º Na falta de Beneficiário nomeado, a Renda será paga de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

§ 6º Não havendo Beneficiário nomeado ou, ainda, em caso de falecimento de Beneficiário, a Renda será provisionada mensalmente, durante o decorrer do restante do prazo determinado, sendo o saldo corrigido pelo índice de atualização de valores previsto no art. 81 até que identificados os Beneficiários ou sucessores legítimos, a quem deverão ser pagos o saldo provisionado e, se for o caso, os remanescentes pagamentos mensais, respeitados os prazos prescricionais aplicáveis.

RENDA MENSAL VITALÍCIA: consiste em uma renda mensal a ser paga vitalícia e exclusivamente ao Participante-Assistido. A RENDA CESSA COM O SEU FALECIMENTO, SEM QUE SEJA DEVIDA QUALQUER DEVOLUÇÃO, INDENIZAÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE QUALQUER ESPÉCIE OU NATUREZA. PARA CÁLCULO DESTA MODALIDADE DE RENDA SERÃO UTILIZADOS OS SEGUINTE PARÂMETROS:

I – taxa de juros efetiva anual: 0% a.a. (zero por cento ao ano).

II – tábuas biométricas de sobrevivência:

a) sexo masculino: **BR-EMSsb-m em sua versão vigente na data da conversão em renda.**

b) sexo feminino: **BR-EMSsb-f em sua versão vigente na data da conversão em renda.**

Art. 78. O pagamento da primeira parcela da Renda mensal será devido 30 (trinta) após o término do Período de Acumulação contratado, sendo os demais pagamentos efetuados a cada 30 (trinta) dias.

Art. 79. Os Benefícios serão pagos, à vista ou sob a forma de Renda, mediante cheque nominativo, ordem de pagamento, documento de ordem de crédito ou crédito em conta corrente bancária ou outra forma legal contratada.

Art.80. SOBRE O VALOR DOS BENEFÍCIOS HAVERÁ INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS, DE ACORDO E POR CONTA DE QUEM A LEGISLAÇÃO FISCAL VIGENTE DETERMINAR.

Seção II

Da Atualização de Valores

Art. 81. A partir da sua concessão, o valor do Benefício sob a forma de Renda será atualizado anualmente, pelo **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA/IBGE** acumulado nos 12 (doze) meses que antecedem o **2º (segundo) mês anterior ao de aniversário de Pagamento do Benefício.**

§ 1º Além da atualização monetária prevista no *caput*, o valor do Benefício será recalculado na mesma época em função do eventual acréscimo na respectiva Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, decorrente da sua atualização monetária mensal e da atualização anual aplicada às Rendas.

§ 2º Os valores dos Benefícios devidos e não pagos serão atualizados monetariamente, pelo indexador previsto no *caput* deste artigo 81 a partir da data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento.

Seção III

Da Aplicação dos Recursos

Art. 82. Durante o prazo estabelecido no artigo 5º do Regulamento para apuração de Resultados Financeiros, a totalidade dos recursos da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e da respectiva Provisão Técnica de Excedentes Financeiros será aplicada exclusivamente em cotas de um único FIE instituído para acolher tais recursos, podendo ser utilizado o mesmo FIE do Período de Acumulação.

§ 1º A composição da carteira de investimentos do FIE obedecerá às normas e aos critérios previstos na regulamentação pertinente, inclusive na vigente para aplicação dos recursos de provisões.

§ 2º A remuneração dos recursos da Provisão Técnica de Excedentes Financeiros será idêntica à rentabilidade do respectivo FIE.

§ 3º Caso não seja utilizado o mesmo FIE do Período de Acumulação, a EAPC informará, por escrito, por qualquer meio que se possa comprovar, ao Assistido, a denominação e o CNPJ do novo FIE no qual estarão aplicados os recursos da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e da respectiva Provisão técnica de excedentes financeiros e o número do processo administrativo Susep referente ao plano.

§ 4º A informação de que trata o § 3º deste artigo 82 será fornecida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de início de operacionalização ou utilização do respectivo fundo.

§ 5º Transcorrido o prazo a que se refere o *caput*, a EAPC aplicará o saldo dos recursos da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos na aquisição de ativos segundo as modalidades, critérios de diversificação, diversidade e demais aspectos contidos na regulamentação vigente.

Seção IV **Dos Resultados Financeiros**

Art. 83. O Resultado Financeiro será apurado ao final do último dia útil de cada mês, durante o prazo de que trata o artigo 5º, considerando o patrimônio líquido do FIE onde estejam aplicados os recursos da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

Art. 84. Apurado Excedente ao final do último dia útil de cada mês, o valor correspondente ao percentual de reversão será incorporado à pertinente Provisão de Excedentes Financeiros, deduzindo-se eventuais Déficits calculados de acordo com o percentual contratado, relativo a períodos anteriores e coberto pela EAPC.

Art. 85. Apurado Déficit ao final do último dia útil de cada mês, deverá ser ele totalmente coberto pela EAPC, na mesma data, mediante aporte de recursos à parcela do patrimônio líquido do FIE, onde estejam aplicados diretamente os respectivos recursos, correspondente à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

§ 1º Para cobertura do Déficit, a EAPC utilizará:

- I- recursos da respectiva Provisão de Excedentes Financeiros, que não poderão exceder o valor da parcela do Déficit calculado com base no percentual estabelecido para reversão de Resultados Financeiros ao Assistido; e/ou
- II- recursos próprios livres da EAPC.

§ 2º Não tendo a respectiva Provisão de Excedentes Financeiros saldo suficiente para atender ao disposto no inciso I do § 1º, a EAPC deverá suprir a insuficiência.

§ 3º A cobertura da insuficiência de que trata o §2º, remunerada pela taxa de rentabilidade do respectivo FIE, deverá ser ressarcida por meio da redução de Excedentes futuros a que faça jus o Assistido, como estabelecido no Regulamento.

§ 4º Os recursos utilizados na cobertura de Déficits deverão ser sempre representados por cotas do respectivo FIE onde estejam aplicados diretamente os recursos da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

Art. 86. O saldo da Provisão de Excedentes Financeiros será calculado diariamente, com base no valor diário das cotas do FIE onde estão aplicados os respectivos recursos, e creditado na conta corrente do Assistido ANUALMENTE no último dia do mês de ANIVERSÁRIO DO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO.

Parágrafo único. Enquanto não utilizado, o saldo da Provisão de Excedentes Financeiros poderá ser usado na cobertura de Déficits, conforme previsto no item I do § 1º do art. 85.